

AUSCULTAÇÃO DE JOVENS DE NAMPULA

Futuro de Moçambique depende da forma como os jovens vão participar e influenciar na revisão da Política Nacional de Terras

O futuro de Moçambique, sobretudo dos jovens e das crianças, depende muito da seriedade e responsabilidade com que os jovens vão apresentar as suas ideias e opiniões sobre a revisão da Política Nacional de Terras. A tese é do Secretário de Estado da Província de Nampula, Mety Gondola, que falava na abertura da reunião de auscultação de jovens de Nampula no âmbito do processo de revisão da Política Nacional de Terras.



Depois dos webinars com jovens de Sofala, Manica, Tete, Niassa e Cabo Delgado, e dos encontros de Maputo, Gaza e Inhambane, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) organizou ontem, terça-feira, em Nampula, o encontro de auscultação de jovens da província mais populosa do País. O Secretário de Estado da Província de Nampula lembrou aos jovens presentes no encontro que nem todos os jovens de Moçambique terão a oportunidade de expressar as suas

ideias e expectativas em relação à revisão da Política Nacional de Terras.

“Nós que estamos aqui temos a oportunidade de sermos os portadores válidos das expectativas de jovens moçambicanos e da Província de Nampula, em particular. Cada um de nós deverá ter a consciência de que o futuro dos jovens e das nossas crianças depende da seriedade e responsabilidade com que nós vamos levar este processo”, disse Mety Gondola.

O Secretário de Estado defende que os jovens devem propor alterações na Política Nacional de Terras que flexibilizem a aquisição do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), tanto para fins habitacionais como para projectos económicos. “Não são poucas as vezes que ouvimos que há detentores de extensas áreas de terras subaproveitadas. São pessoas que têm acesso à terra, mas nunca desenvolveram nenhum projecto de exploração. Como é que isso pode ser resolvido no âmbito de revisão da Política Nacional de Terras”, questionou o Secretário de Estado da Província de Nampula.

O dirigente falou ainda dos problemas de reassentamento de populações para dar lugar a grandes projectos de desenvolvimento. E de seguida questionou: “Qual é a nossa opinião em relação à exploração de recursos minerais versus processos de desenvolvimento de agricultura e reassentamento das comunidades locais?” Mety Gondola desafiou os jovens a dar seguimento ao debate, ampliando a auscultação de outros jovens em relação à revisão da Política Nacional de Terras.



Mety Gondola, Secretário de Estado da Província de Nampula

Jovens relatam dificuldades de acesso à terra e venda de parcelas pelas autoridades municipais a estrangeiros

Depois do debate que se seguiu, os jovens relataram as dificuldades de acesso à terra e denunciaram a venda de extensas áreas a cidadãos estrangeiros. Segundo as suas explicações, a venda de terra envolve inclusive autoridades do Estado e do Município de Nampula.

“Nós jovens sentimo-nos discriminados pelo Conselho Municipal de Nampula. Eu estou nesta cidade há oito (8) anos e nunca vi um processo de atribuição de talhões para os jovens. Na estrada que vai para Nacala-Porto, temos sinais claros de venda de terra. E quem está a liderar o processo é a própria edilidade. O Conselho Municipal de Nampula deve parar de vender terras para poder atribuir parcelas aos jovens desta cidade”, denunciou Claudino Manuel, do Conselho Provincial da Juventude de Nampula.

Quem também denunciou a venda de terra pelo Conselho Municipal de Maputo é Gaspar Jorge, do Conselho Distrital da Juventude de Nampula. “Na Cidade de Nampula temos casos de representantes do Estado e do Município envolvidos na venda de terra. Estamos a falar de espaços sem benfeitorias, sem árvores. Mas todos sabemos que a terra é do Estado”.

Gaspar Jorge explicou que a organização de jovens em associações pode ser uma das formas para facilitar o acesso à



terra, sobretudo o desenvolvimento de projectos económicos. “Em 2019, os jovens do Distrito de Nampula enfrentavam muitas dificuldades para ter acesso à terra para produzir. O Conselho Distrital da Juventude marcou audiência com o Governo Distrital e o Administrador respon-

deu positivamente à nossa solicitação. Ele encaminhou a nossa preocupação para os Serviços de Actividades Económicas e fomos atribuídos 119 hectares para machambas, no Posto Administrativo de Anchilo. Cerca de 60% dos jovens conseguiram implementar os seus projectos.

Em 2020, voltamos a atribuir mais de 200 parcelas de machambas, totalizando 320 hectares”.

O jovem Calisto Ribeiro pediu a palavra para falar das dificuldades e dos custos para aquisição do DUAT. “Os custos têm que ver com os procedimentos que devem ser seguidos. Os jovens não têm rendimentos para custear os procedimentos para a aquisição do DUAT. A outra dificuldade tem que ver com o excesso de burocracia, o que acaba propiciando casos de corrupção. A revisão da Política Nacional de Terras deve flexibilizar os procedimentos para a aquisição de DUAT. As comunidades locais não dominam a legislação sobre terras e isso resulta em conflitos. Aliás, não há nenhum projecto de grande dimensão neste País que não resultou em conflito de terras”.

Sandra, da União Nacional de Camponeses, levantou a questão da existência de muita terra ociosa numa província onde os jovens não têm sequer acesso a uma parcela para habitação. “Há muitas áreas com potencial agrícola, mas quando vamos ter com as autoridades elas dizem que as parcelas têm donos. Estamos a falar de parcelas que não estão a ser exploradas, não têm benfeitorias, mas dizem que estão ocupadas. Que essas terras ociosas sejam atribuídas aos jovens que têm projectos de produção”.

Os jovens defenderam também que a revisão da Política Nacional de Terras deve salvaguardar o direito das mulheres à terra. “Nós as mulheres sentimo-nos discriminadas quanto ao acesso à terra. Sem terra não temos como trabalhar e sem trabalhar não temos como sobreviver. Quando perdemos os nossos maridos, a única fonte de sustento que podemos ter é a terra. Mas perdemos também o direito à terra e às vezes é o próprio Governo que aparece a dizer que esta terra não te pertence. Pedimos que na nova lei seja protegido o acesso à terra por parte das mulheres. Só haverá harmonia na sociedade se a terra for distribuída para todos”, defendeu Yassima Catarina Paula, da Associação das Mulheres Rurais de Nampula.

Quem também defendeu a necessidade de a nova Política Nacional de Terras acautelar o direito das mulheres à terra é a jovem Felizarda, do Conselho Provincial da Juventude de Nampula. “Temos notado que há jovens que até os seus progenitores nunca tiveram acesso à terra. É muito complicado para esses jovens conseguirem uma parcela de terra. As mulheres, por exemplo, perdem o direito à terra quando há separação, divórcio ou mesmo morte do marido. É preciso proteger o direito das mulheres à terra. E é muito frustrante quando um natural que não tem



terra e vê um estrangeiro com extensas áreas de terras”.

Luísa, outra integrada da Associação das Mulheres Rurais, disse que nunca viu uma única campanha de atribuição de DUAT na Província de Nampula. “Mas já vi em outras províncias. Nós trabalhamos em Rapale há muitos anos, mas é normal aparecerem as autoridades e apresentar estrangeiros como os proprietários das nossas machambas”. Abduremane, da Liga da Juventude do MDM, tem a mesma explicação para as dificuldades que os jovens enfrentam para ter acesso à terra: “O grande problema é que as melhores parcelas estão a ser vendidas a estrangeiros que têm capacidade financeira para pagar”.

“Eu tenho 21 anos e não quero que o futuro dos meus filhos seja igual: atingi-

rem a minha idade actual sem uma parcela de terra e muito menos sem saber como conseguir tê-la. Há muitos jovens que não sabem que podem ter acesso à terra sem necessidade de pagar dinheiro por isso. Então, é preciso divulgar como é que os jovens podem ter acesso à terra”, diz Camilo, da Associação Moçambicana de Apoio à Rapariga. Por sua vez, Manuel Francisco, da União Nacional de Camponeses, defendeu que a revisão da Política Nacional de Terras deve privilegiar o acesso à terra por parte das mulheres e salvaguardar as leis costumeiras”.

Benilde Timana, do Conselho Distrital da Juventude de Nampula, disse ser um dos milhares de jovens que há anos luta para ter uma parcela de terra, mas não consegue. “É um problema que afecta muitos jovens de Nampula. Mas, em contrapartida, vemos estrangeiros que conseguem extensas áreas de terras”.

A juventude deve estar organizada, defendeu Evaristo, Conselho Provincial da Juventude em Nampula. “Temos alguns exemplos de jovens que se organizaram e conseguiram ter acesso à terra em Nampula. Mas as autoridades devem privilegiar e proteger aqueles jovens que não sabem o que devem fazer para ter acesso à terra”. Evaristo defende a necessidade de fiscalização de espaços. “Temos extensas áreas de terras que são ocupadas por uma única pessoa. E são espaços que não estão a ser exploradas, por isso é preciso que haja a fiscalização para evitar casos de pessoas que têm extensas áreas não exploradas”.

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ildio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

